

ARTIGO DE PESQUISA

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PERFIL DA VÍTIMA E DO AGRESSOR EM PORTO VELHO/RO

Sexual violence against children and adolescents – victim and aggressor profile in Porto Velho /RO

Casos de violencia sexual contra niños y adolescentes – perfil da vítima e agresor en Porto Velho/RO

**Rosilaine Keffer Delfino¹, Débora Santos Faria¹, Maria Inês Ferreira de Miranda²,
Rogério Murilo Baptista de Moraes¹, Dilára Maria Pereira de Vasconcelos¹**

Resumo

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes materializa-se de várias formas, ou seja, violência física, psicológica, negligência, sobretudo abuso e a exploração sexual. Estes últimos são o foco deste trabalho, que busca descrever o contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes. A pesquisa é de caráter quantitativo, cuja fonte de dados foram os Boletins de Ocorrências Policiais da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente da cidade de Porto Velho, Rondônia. A análise foi realizada pelo programa Microsoft Office Excel 2007. Os dados revelam que 87,6% são vítimas do sexo feminino, 85% dos agressores são do sexo masculino e, em 55,17% dos casos, os agressores têm grande proximidade com a família dos abusados. Diante dos achados, percebeu-se que os cuidadores são os mesmos que abusam e que as ações de prevenção e proteção pouco têm se traduzido em resultados efetivos.

Descritores: Violência sexual; Criança e Adolescente

Abstract

The phenomenon of violence against children and adolescents is materialized through various forms, ie physical and psychological violence, neglect, and particularly the sexual abuse and exploitation. The latter are the focus of this work which seeks to describe the context of sexual violence against children and adolescents. The research is of quantitative character, which data source was the official reports of the Police Precinct for the Protection of Children and Adolescents in Porto Velho, Rondonia. The analysis was performed using the program Microsoft Office Excel 2007. The data reveal that 87.6% of victims are female, 85% of perpetrators are male and 55.17% of cases the perpetrators have great proximity to the family of the abused. Considering those findings, it was noticed that the caregivers are the same as abuse and that prevention and protection has little if translated into effective results.

Keywords: Sexual violence; Child and Teenager

Resumen

El fenómeno de la violencia contra los niños y adolescentes se materializa a través de diversas formas, es decir, la violencia física y psicológica, negligencia, y en particular el abuso sexual y explotación. Estos últimos son el foco de este trabajo que trata de describir el contexto de la violencia sexual contra niños y adolescentes. La investigación es de carácter cuantitativo, que fue origen de datos los informes oficiales de la Comisaría de Policía para la Protección de los Niños, Niñas y Adolescentes en Porto Velho, Rondonia. El análisis se realizó utilizando el programa Microsoft Office Excel 2007. Los datos revelan que el 87,6% de las víctimas son mujeres, el 85% de los abusadores son hombres y el 55,17% de los casos los autores han de gran proximidad a la familia de los abusos. Teniendo en cuenta estas consideraciones, se observó que los cuidadores son los mismos que los malos tratos y que la prevención y la protección tiene poco si se traducen en resultados efectivos.

Descriptores: La violencia sexual; niños y adolescentes

¹ Enfermeiro formado pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho (RO), Brasil.

² Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Rondônia – Doutora em Enfermagem e em Saúde Pública pela EERP/USP.

INTRODUÇÃO

Souza⁽¹⁾ considera a violência como um fenômeno complexo e de difícil conceituação e pode ser entendida como todo evento representado por relações, ações, negligências e omissões realizadas por indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a outrem.

Da mesma maneira, a violência é reforçada como uma relação assimétrica de poder, que se caracteriza pela existência de um sujeito agressor em condições superiores (idade, força, posição social ou econômica, inteligência, autoridade), que comete um dano físico, psicológico e/ou sexual, contrariamente à vontade da vítima ou por consentimento obtido baseado na indução, sedução enganosa, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal⁽²⁾.

O fenômeno não é recente e exclusivo do mundo contemporâneo. A história mostra exemplos de violência cometida contra os “diferentes”, como negros, mulheres, crianças, adolescentes, idosos e outros. Estas “diferenças” ao serem traduzidas em desigualdade têm propiciado e justificado as situações de violência que foram e são praticadas pelo ser humano, reforçando a discussão - *as raízes da violência se encontram nas estruturas sociais, econômicas e políticas e na própria consciência individual*⁽³⁾.

Neste contexto histórico-social, perpetuaram-se atrocidades no comportamento das pessoas, dentro da relação abuso/vitimização, de forma que se sedimentou a violência⁽⁴⁾. É dentro desse cenário que crianças e adolescentes são muitas vezes educados. Frequentemente inseridos em atividades de trabalho intenso, a criança, por muito tempo, foi considerada uma miniatura mais frágil e menos inteligente do que o adulto⁽⁵⁾.

No Brasil, considera-se violência contra criança, quando esta se encontra na faixa etária de zero a 12 anos de idade incompletos, e adolescente entre 12 e 18 anos, conforme o que dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990).

O ECA traz um arcabouço jurídico bem avançado que assegura todos os direitos das crianças e adolescentes,

mas ao longo de seus quase 20 anos esbarra em dificuldades para sua implantação, especialmente no que concerne à estruturação e financiamento dos equipamentos públicos e recursos humanos qualificados para prestar assistência a essa parcela da população. Nesses equipamentos públicos, as medidas socioeducativas, a promoção, prevenção à saúde, educação e assistência social deveriam ser efetivadas de uma forma multiprofissional e interdisciplinar, garantindo a plena cidadania de todas as crianças e adolescentes⁽⁶⁾.

Em diversos países do mundo, a violência sexual constitui um sério problema de saúde pública por ser uma das principais causas de morbidade e mortalidade⁽⁷⁾.

Em 62 milhões de menores de 18 anos de idade, cerca de 160 mil são vítimas desse tipo de violência, embora somente 25% dos casos de abuso sexual dentro da família sejam denunciados aos órgãos competentes. Estima-se que os registros dos órgãos oficiais correspondam de 10% a 20% dos casos que realmente acontecem⁽⁸⁾.

Outros estudos confirmam que a violência sexual é comum, porém ressaltam que há uma relativa invisibilidade desse tipo de violência nas denúncias apresentadas aos órgãos especializados, trazem como possível explicação, para esta situação as barreiras socioculturais presentes na vida desses jovens e de suas famílias que dificultam a elaboração e o compartilhamento de suas vivências⁽⁹⁾.

Aliada a estas barreiras, a atuação do serviço de saúde na prevenção e atendimento às vítimas de violência sexual ainda é extremamente limitada. Esta exige uma equipe multidisciplinar, capacitada e com conhecimentos apropriados de psicologia, medicina legal e sexologia forense³. A vítima necessita ser acolhida pelos serviços de saúde em todos os níveis de atenção, fator fundamental para a humanização dos serviços prestados e essencial para que se estabeleça um relacionamento adequado entre o profissional e usuário^(10,11).

Exemplos dessa humanização na assistência são demonstrados nos Estados Unidos da América e Canadá, no programa *Sexual Assault Nurse Examiners* (SANE - Enfermeiras Examinadoras de Agressão Sexual), no qual a enfermeira é especialista na realização do exame forense em crianças e adultos, e têm mostrado eficientes resultados ao reduzir o trauma decorrente da agressão

sexual na avaliação e tratamento às vítimas desse tipo de violência⁽¹²⁾.

Existem dificuldades para a realização de pesquisas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo pela baixa notificação acarretada pela peculiaridade e velamento dos casos, que trazem barreiras para a implementação de ações e medidas efetivas contra a violência, em nosso País e no Município de Porto Velho/Rondônia. Mediante este fato, propomos o presente estudo, a fim de buscar dados que possam ser utilizados como subsídios para a identificação e desenvolvimento de uma assistência singular aos usuários vítimas desse tipo de violência.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho teve como objetivos: descrever o contexto de violência sexual contra crianças e adolescentes no período de outubro a dezembro de 2008, atendidas pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) no Município de Porto Velho – Rondônia; identificar sua incidência e conhecer o perfil das vítimas e agressores.

Após a construção de um diagnóstico sobre tal problemática com base nos achados podem ser norteados propostas que auxiliem no planejamento das ações de proteção e promoção da saúde, além de contribuir para a elaboração de programas preventivos e formulação de políticas públicas, que atendam às reais necessidades de crianças e adolescentes em todos os níveis de complexidade.

MÉTODO

Na elaboração do presente estudo, realizou-se uma revisão de literatura sistematizada, nas bases de dados do Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (Bireme) e *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), procurando descrever o contexto da violência sexual.

A pesquisa foi desenvolvida com base no material constituído por 60 trabalhos científicos publicados durante o período de 1978 a 2009, destes foram selecionados 20 que abordavam a temática. Também foi realizada pesquisa de campo, com base na análise de 600 Boletins de Ocorrências Policiais (BOP) da DPCA do Município de Porto Velho - RO referente ao último

trimestre de 2008.

A investigação proposta caracteriza-se como um estudo exploratório descritivo com abordagem quantitativa, cuja metodologia aplicada nos direciona a avaliar o contexto e alguns aspectos sobre violência sexual por meio de pesquisa de campo apoiada na análise dos BOP da DPCA do Município de Porto Velho - Rondônia que foram registradas durante o último trimestre de 2008.

Como critérios de inclusão foram consideradas publicações relacionadas à violência sexual, e, para a sistematização dos BOP, foram selecionadas as ocorrências intituladas: Atentado Violento ao Pudor, Abuso Sexual e Aliciamento. Ressalta-se que a escolha dessas ocorrências deve-se à necessidade de identificação da violência sexual, com base na leitura da história relatada pelo comunicante, tendo em vista que não há um protocolo de notificação desse tipo de violência. Para a busca bibliográfica, foram utilizadas as seguintes palavras - chave: violência sexual, criança e adolescente. Após uma primeira investigação em outros órgãos competentes, optou-se por coletar os dados na DPCA, pois de acordo com a rede de captação de dados relativos à violência sexual, esta Unidade é referência no Município.

O instrumento metodológico para coleta das informações foi o mapa censitário sobre Violência Sexual de Gil⁽¹³⁾, previamente testado para esse tipo de estudo. Para levantamento das notificações de abuso sexual registradas na DPCA no período de outubro a dezembro de 2008, foram contempladas no instrumento metodológico as seguintes variáveis: A) Agressor – A1. Vínculo com a vítima, A2. Sexo e A3. Bairro de moradia; B) Vítima – B1. Sexo, B2. Idade e B3. Bairro de moradia. No entanto, ressalta-se que o número pequeno de variáveis investigadas deve-se ao fato do não preenchimento na íntegra por parte dos profissionais da DPCA e também pela existência de poucas questões estruturadas nos BOP. Após a coleta, os dados foram digitados e trabalhados dentro do programa Microsoft Office Excel 2007 que analisou a frequência e a associação das variáveis investigadas.

A presente pesquisa é um subprojeto do Projeto “Violência entre crianças e adolescentes - implantação

do Observatório de Violência da Universidade Federal de Rondônia”, financiado pelo CNPq/Processo 577407-5/2008 e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Núcleo de Saúde da Universidade Federal de Rondônia/UNIR com FR 038/2008 e CAEE 0012.0.047.000-08.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em levantamento realizado nos Boletins de Ocorrências Policiais (BOP) no período de outubro a dezembro 2008, na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) de Porto Velho – Rondônia, foram obtidos dados que propiciaram uma análise da incidência de violência sexual e o perfil do agressor e da vítima.

Tabela 1 - Distribuição do número de casos de violência sexual registrados, segundo sexo do agressor e da vítima. Porto Velho/RO outubro a dezembro de 2008

Sexo	Agressor	%	Vítima	%
Masculino	76	85	13	11,6
Feminino	13	14	98	87,6
Não Informado	1	1	1	0,89
Total	90	100	112	100,0

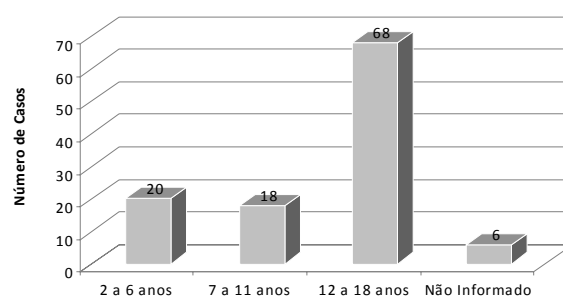
Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA de Porto Velho-RO, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2008.

Na distribuição dos registros analisados pelos dados da Tabela 1, observa-se uma maior incidência de agressores do sexo masculino 85% quando comparados ao sexo feminino, 13%. Já para o número de vítimas de abuso sexual observa-se a forte presença do sexo feminino 87,6% e uma pequena parcela de meninos abusados sexualmente, mas não menos importante, 11,6%.

Também pelos dados da Tabela 1, é demonstrada uma diferença entre o número total de agressores, com a ocorrência de 90 casos menor que o número total de vítimas 112. Este dado pode comprovar o fato do mesmo agressor violentar várias vítimas, mas também expõe a não existência de uma ficha de notificação adequada para o serviço, ficha esta que separe casos novos de violência sexual dos casos de uma vítima reincidente.

Ribeiro et al¹⁴, afirmam que o desejo sexual não é apenas o fator proeminente na motivação dos agressores sexuais, mas também o gênero e a faixa etária do agressor, pois crianças e adolescentes fazem parte da categoria

dominada e sujeita ao poder exercido pelo mais velho sobre o mais novo e do masculino sobre o feminino. Dessa forma, crianças e adolescentes como seres em desenvolvimento, psicológica e moralmente imaturos, não conseguem deixar de se submeter às vontades de um familiar adulto que lhes impõe sua autoridade, transformando-os em objetos sexuais. Nesse contexto, conforme Faleiros & Faleiros¹⁵ citam que na violência sexual de adultos contra crianças e adolescentes, subsiste o autoritarismo, o machismo e os preconceitos que se articulam com as condições de vida das famílias e as questões de poder se manifestam nas relações afetivas e na sexualidade.



Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA de Porto Velho-RO, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2008.

Gráfico 1 - Distribuição do número de casos de violência sexual registrados segundo faixa etária da vítima. Porto Velho/RO outubro a dezembro de 2008

A maior incidência de abuso sexual, conforme o Gráfico 1, está presente na faixa etária de 12 a 17 anos, seguida das faixas de 2 a 6 anos e de 7 a 11 anos, o que corrobora os estudos cuja fundamentação epistemológica é a sociologia e a biologia do desenvolvimento humano. Nesses estudos, na fase de transição entre a infância e a vida adulta denominada adolescência foi constatada a retomada dos impulsos sexuais.

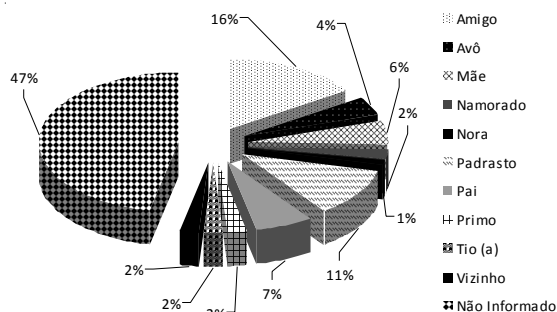
No período se estabelece uma ruptura das relações parentais em busca de algo novo, no qual o sentimento de grupo parece prevalecer sobre o individual, isso porque o adolescer implica buscar novas identidades e novos padrões de comportamento. Assim, o *locus* de referência para a constituição da subjetividade e da identidade social deixa de ser o ambiente familiar e passa a ser um grupo, ou seja, o objeto de erotização ou de desejo não está mais no próprio corpo (período de latência), mas em um objeto externo ao indivíduo - o outro

(fase genital)⁽¹⁶⁾.

A adolescência sendo um período de transformações fisiológicas, psicossociais e de grande vulnerabilidade predispõe a criança/adolescente a situações de prostituição, preconceitos, estereótipos, repressões, medos e dúvidas em relação ao exercício da sexualidade, reforçando atitudes, tais como: formação de valores e possíveis tabus com experiências negativas em torno da primeira relação sexual, masturbação, ejaculação, menstruação, namoro, homossexualidade/bissexualidade, entre outros.

Diferente dos achados do Município de Porto Velho, quando se analisa a ocorrência de vários tipos de violências contra a crianças e adolescentes, a literatura indica a faixa etária de 4 a 12 anos como a mais representativa para esse tipo de abuso⁽¹⁷⁾. Nesta faixa etária, balas, pipocas, videogames, computadores e dinheiro são meios que facilitam a aproximação entre agressor e vítima, fato comprobatório é a recente reportagem sobre os casos de pedofilia na cidade de Catanduva no Estado de São Paulo^(18,19).

Na fase de latência, que ocorre dos 6 a 11 anos de idade aproximadamente, a criança passa a deslocar a libido da sexualidade para as atividades socialmente aceitas, podendo isso, aliado ao fato da participação regular das mesmas de outros ambientes, como a escola, esclarecer o verificado no Gráfico 1 - uma menor incidência de abusos sexuais nessa faixa etária.



Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente - DPCA de Porto Velho-RO, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2008.

Gráfico 2 - Distribuição do número de casos de violência sexual registrados segundo o tipo de relação do agressor com a vítima. Porto Velho/RO outubro a dezembro de 2008

É evidente a falha do sistema de notificação quando se constata que 39 (44,83%) das 90 (100%) ocorrências

não informam o tipo de relação que o agressor tem com a vítima (Gráfico 2), ou seja, não consta no BOP o real vínculo entre agressor/vítima, seja por falha no preenchimento do boletim ou por desconhecimento do suspeito pela vítima. O agente agressor classificado como amigo representa 14 (16,9%). Geralmente, os agressores têm grande proximidade com a família das crianças e dos adolescentes abusados, exercendo alguma influência sobre e/ou desfrutando da confiança de seus membros⁽²⁰⁾.

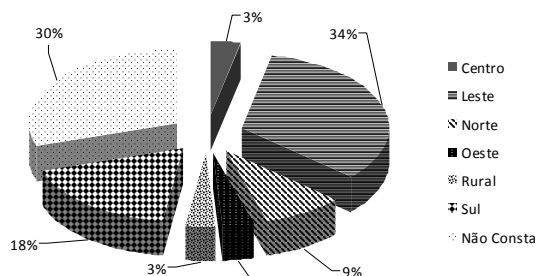
As ocorrências de violência sexual cujos agressores fazem parte do ambiente intrafamiliar, são representadas nos números encontrados: padrasto (10), pai (6), mãe (5), avô (4), tio e primo (2), correspondendo, respectivamente, a 11,49%, 6,89%, 5,75%, 4,60%, 2,30% e comprovando a autoria dos mesmos que deveriam proteger as crianças e os adolescentes. As maiores incidências somadas para os agressores aponta padrastos e pais (18,38%) caracterizando, além do abuso, a pedofilia e o incesto.

Pedofilia e incesto, embora não sejam sinônimos, são usados para exemplificar alguns casos de abuso sexual. No primeiro, ocorre a atração e abuso sexual por parte de pessoas mais velhas que as crianças/adolescentes e no segundo, associa-se o fato da relação de parentesco entre vítima e agressor, como no caso ocorrido na Áustria, onde o pai abusou sexualmente de sua filha por 24 anos, mantendo-a em cativeiro num calabouço, onde nasceram sete filhos produtos dos sistemáticos estupros, e um destes morreu no cativeiro e foi incinerado pelo avô^(19,20).

Para as variáveis, local de moradia do agressor e da vítima descritas nos Gráficos 3 e 4, verifica-se que a incidência de violência sexual ocorre em todas as zonas de moradia do Município de Porto Velho, abrangendo desde a periferia até as regiões que se encontram a população com maior poder aquisitivo, o que contradiz a imediata associação, presente no senso comum entre pobreza/miserabilidade e violência sexual, o fenômeno tem caráter democrático⁽²¹⁾.

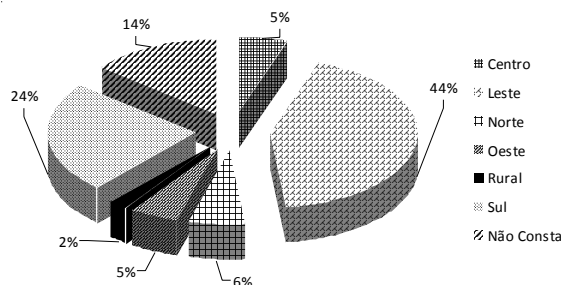
As zonas sul e leste, tanto para a localização do agressor como da vítima mostraram uma maior incidência absoluta. Quando a análise é realizada, considerando a densidade demográfica e a proporcionalidade entre população e número de casos, verifica-se uma igualdade de incidência por área estudada. As zonas norte e sul dos Gráficos 3 e 4 evidenciam uma concentração dos

locais de moradia dos agressores e das vítimas, comprovando que ambos compartilham o mesmo espaço geográfico ou, até mesmo, se conhecem. Observa-se também um alto número de BOP sem a identificação da zona onde moram os agressores e as vítimas, fato que poderia ser sanado com a adoção de uma ficha de notificação de violência e agravos à saúde da criança e adolescente, universalizada e unificada entre os setores da sociedade que devem proteger a criança e adolescente.



Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA de Porto Velho-RO, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2008.

Gráfico 3 - Distribuição do número de violência sexual registradas, segundo zona de moradia do agressor. Porto Velho/RO outubro a dezembro de 2008



Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA de Porto Velho-RO, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2008.

Gráfico 4 - Distribuição do número de violência sexual registradas por zona de moradia da vítima. Porto Velho/RO outubro a dezembro de 2008

CONCLUSÃO

O presente estudo discutiu a incidência da violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio das notificações dos BOPs da DPCA, o que permitiu o conhecimento do perfil do agressor e da vítima.

Apesar de marcos históricos e avanços nas discussões sobre as facetas da violência, em especial a violência sexual, os dados revelaram que o cuidador é o mesmo que abusa. Assim, as intervenções são cada vez mais importantes e exigem um imediatismo.

Faz-se urgente estudar a amplitude do tema em questão, discuti-lo, além de efetivar ações com a participação de toda a sociedade. A abordagem do problema requer esforços de todos, para que juntos construam e atuem em rede.

Trabalhar de modo intersetorial e interdisciplinar com profissionais das áreas de saúde, educação, segurança e assistência social, de modo que estes passem a colaborar e também a realizar a notificação de violência sexual, em conjunto com o Programa de Saúde da Família, é o caminho que melhor atende às necessidades do cenário atual. Importante atentar-se para a modernização do sistema de dados, incluindo variáveis que auxiliem o conhecimento da situação que crianças, adolescentes e famílias vivenciam, com a finalidade de elaborar programas e políticas públicas eficientes que possam reduzir os índices de violência sexual encontrados.

COLABORADORES

DS Faria, DMP Vasconcelos, MIF Miranda, RMSB Moraes, RK Delfino, trabalharam na pesquisa, metodologia e redação do artigo.

REFERÊNCIAS

1. Souza ER. Processos, sistemas e métodos de informação em acidentes e violência no âmbito da saúde pública. In: Minayo, MCS, Deslandes SR, organizadores. Caminhos do Pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro, 2002.
2. Azevedo MA, Guerra VNA (Org.). Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: Iglu, 1989.
3. Drezett J. Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas. 2000. [Tese]. São Paulo: Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição,

Alimentação e Desenvolvimento Infantil, 2000.

4. Ariés P. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
5. Palácios J, Marchesi A. (Org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva. Tradução de Francisco Franke Settineri e Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
6. Campos MAMR et al. Violência sexual: integração saúde e segurança pública no atendimento imediato à vítima. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 101-109, jan./abr. 2005.
7. Heise L. Gender-based abuse: the global epidemic. Cad. Saúde Pública. 1994. Disponível em: <HTTP/ / www.scielo.br>. Acesso em: 15/03/2009.
8. Muller RCL, Veiga MK. Abuso sexual. In: FRANÇOSO, L., GEJER, D., REATO, L. Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência. São Paulo: Atheneu, 2001.
9. Ferreira AL et al. A prevenção da violência contra a criança na experiência do ambulatório de atendimento à família: entraves e possibilidades de atuação. In: Ciência e Saúde Coletiva. É possível prevenir a violência? Rio de Janeiro. ABRASCO, v.4, n 1. 1999.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. Área Técnica Saúde da Mulher. Normas sobre a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescente. Brasília: 1999.
11. Hoga LAK. A dimensão subjetiva do profissional na humanização da assistência a saúde: uma reflexão. Ver. Esc. Enferm. USP. 2004. Disponível em: <http://bases.bireme.br>. Acesso em: 15/03/2009.
12. Delgado LF, Fisberg M. Síndrome do bebê espancado. Pediatria Moderna, v. 25, n. 3, p. 111-112, 115-116, jul. 1990.
13. Gil DG. Violence against children: physical abuse en the United USA. Harvard University, 1978.
14. Ribeiro MA, Ferriani MGC, Reis JN. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004.
15. Faleiros VP, Faleiros ETS. Circuito e curtos - circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo, Veras, 2001.
16. Bock AM, Furtado O, Teixeira ML - Psicologias - Uma Introdução ao estudo de Psicologia, São Paulo:Saraiva, 2001.
17. Santos HO. Crianças Espancadas. Campinas, Papirus, 1991.
18. Mezan R. Predadores psíquicos. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de março de 2009. Caderno Especial, seção Autores, do Mais, p. 4-5.
19. Coutinho L, Diniz L. Violadas e feridas. Dentro de casa. Revista Veja, São Paulo, 25 de março de 2009. Caderno Especial, Abril, edição 2105, ano 42 – nº. 12.
20. Azevedo MA, Guerra VNA (Org.). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3º ed. São Paulo: Cortez. 2000.
21. Bidarra ZS, Gregório FJ; Configurações da violência da Psicológica contra crianças e adolescentes no município de Toledo – PR. 2008. [Monografia]. Paraná, Unicamp.